

**AYLTON BONOMO JÚNIOR**

Doutorando em Ciências jurídico-processuais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Processual pela UFES. Professor da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo e do IBET. Juiz Federal Substituto no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Ex-Procurador do Estado do Espírito Santo. ayltonbonomo@yahoo.com.br

**MANDADO DE SEGURANÇA  
TRIBUTÁRIO**

**Capítulo extra:** Ações tributárias em espécie

**Prefácio:** Ministro do STJ Mauro Campbell Marques

2024

editora e livraria  
**NOESSES**

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**Bonomo Júnior, Aylton**

**Mandado de segurança tributário / Aylton Bonomo Júnior. – São Paulo : Editora Noeses, 2024.**

**412 p. ; 23 cm.**

**Inclui bibliografia**

**ISBN 978-85-8310-164-2**

**1. Direito tributário 2. Mandado de segurança - Brasil 3. Mandado de segurança - Leis e legislação - Brasil I. Título.**

**23-180333**

**CDU: 347.919.6:331(81)**

---

**Índices para catálogo sistemático:**

**1. Brasil : Mandado de Segurança : Processo trabalhista 347.919.6:331(81)**

**Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253**

## SUMÁRIO

<b>NOTA DO AUTOR .....</b>	<b>VII</b>
<b>PREFACIO.....</b>	<b>IX</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>XI</b>
<b>1. AÇÕES TRIBUTÁRIAS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>1</b>
1.1 Ação declaratória tributária .....	5
1.2 Ação anulatória de débito fiscal.....	16
1.3 Ação de consignação em pagamento tributário.	26
1.4 Ação de repetição de indébito tributário .....	33
1.5 Embargos à execução fiscal.....	51
1.6 Honorários sucumbenciais em ações tributárias	55
<b>2. ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGU- RANÇA .....</b>	<b>65</b>
2.1 Histórico do mandado de segurança.....	65
2.2 Da tutela mandamental.....	68
2.3 Perfil constitucional do mandado de segurança	71
	<b>XV</b>

## MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO

2.4	Vantagens da impetração do mandado de segurança .....	74
<b>3.</b>	<b>REQUISITOS CONSTITUCIONAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>79</b>
3.1	Direito líquido e certo.....	79
3.1.1	Ausência de direito líquido e certo (prova pré-constituída): consequências .....	82
3.2	Ato de autoridade .....	85
3.2.1	Dos atos jurisdicionais .....	91
3.3	Ilegalidade ou abuso de poder .....	96
3.4	Distinção de outras ações constitucionais .....	97
<b>4.</b>	<b>HIPÓTESES LEGAIS DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>101</b>
4.1	Ato de gestão comercial .....	102
4.2	Ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução .....	102
4.3	Ato judicial passível de recurso com efeito suspensivo .....	103
4.4	Ato jurisdicional transitado em julgado .....	109
4.5	Mandado de segurança como substitutivo de ação de cobrança .....	111
4.6	Compensação tributária.....	120
<b>5.</b>	<b>DO PRAZO PARA IMPETRAÇÃO .....</b>	<b>125</b>
5.1	Natureza jurídica .....	125
5.2	Termo inicial.....	127

## AYLTON BONOMO JÚNIOR

5.3	Impetração preventiva .....	132
5.4	Relação continuativa .....	133
5.5	Ato omissivo.....	135
<b>6.</b>	<b>DAS PARTES.....</b>	<b>137</b>
6.1	Legitimidade ativa .....	137
6.1.1	Direito pertencente a vários titulares.....	139
6.1.2	Titular de direito decorrente .....	139
6.2	Legitimidade passiva.....	142
6.2.1	Indicação errônea da autoridade coatora	144
6.3	Litisconsórcio .....	148
6.4	Intervenção de terceiros .....	152
6.5	Ministério Público .....	155
<b>7.</b>	<b>COMPETÊNCIA</b>	<b>159</b>
7.1	Competência em razão da graduação hierárquica da autoridade.....	159
7.2	Competência em razão da matéria (eleitoral ou trabalhista).....	161
7.3	Competência em razão da qualificação da autoridade (federal ou local).....	162
7.3.1	Autoridade Federal .....	162
7.3.2	Autoridade local.....	167
7.4	Competência em razão do território .....	167
7.4.1	Competência territorial na Justiça Federal	168
7.5	Mandado de Segurança e Juizado Especial.....	172

## MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO

<b>8. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO.....</b>	<b>175</b>
8.1 Noções gerais.....	175
8.2 Mandado de segurança contra lei em tese .....	177
<b>9. PROCEDIMENTO .....</b>	<b>185</b>
9.1 Da petição inicial.....	185
9.1.1 Emenda à inicial.....	185
9.1.2 Indeferimento da inicial.....	188
9.1.3 Improcedência liminar do pedido.....	189
9.2 Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica interessada .....	191
9.3 Informações .....	198
9.4 Oitiva do Ministério Público.....	204
9.5 Provas.....	205
9.5.1 Prova documental e prova documentada.	206
9.6 Desistência.....	210
9.7 Prioridade legal de tramitação e julgamento.....	213
<b>10. TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>215</b>
10.1 Tutela provisória do Código de Processo Civil..	215
10.2 Da tutela provisória em mandado de segurança	218
10.3 Da tutela provisória em ações tributárias .....	220
10.3.1 Da natureza jurídica .....	220
10.3.2 Tutela provisória como causa de suspensão de exigibilidade do crédito tributário.....	221
10.3.2.1 <i>Rol taxativo do art. 151 do CTN?</i> .	221

## AYLTON BONOMO JÚNIOR

10.3.2.2	<i>Consequências da decisão judicial que suspende a exigibilidade do crédito...</i>	223
10.3.2.3	<i>Tutela provisória e depósito do montante integral: distinção.....</i>	224
10.3.3	Da tutela provisória de urgência.....	227
10.3.3.1	<i>Do fumus boni juris .....</i>	227
10.3.3.2	<i>Do periculum in mora .....</i>	230
10.3.3.3	<i>Da irreversibilidade da medida...</i>	232
10.3.3.4	<i>Da exigência de caução .....</i>	233
10.3.3.5	<i>Estabilização da tutela provisória</i>	236
10.3.4	Tutela de evidência .....	238
10.3.5	Apreciação de Ofício .....	242
10.3.6	Restrições legais.....	243
10.3.6.1	<i>Proibição de entrega de mercadorias importadas.....</i>	247
10.3.6.2	<i>Proibição de compensação de crédito tributário .....</i>	252
10.3.6.3	<i>Impugnado, na primeira instância, ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal, ressalvada ação civil pública e ação popular.....</i>	257
10.3.6.4	<i>Medida liminar esgotar, no todo ou em parte, o objeto da ação.....</i>	258
10.4	Meios de impugnação da decisão judicial que examina tutela provisória.....	258
10.5	Efeitos da reforma, anulação ou cassação da liminar.....	260
10.6	Perempção e caducidade da medida liminar.....	265

## MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO

<b>11. SUSPENSÃO DE LIMINAR OU SEGURANÇA..</b>	<b>269</b>
11.1 Previsão legal .....	269
11.2 Natureza jurídica .....	273
11.3 Competência .....	275
11.4 Simultaneidade de pedido de suspensão e de agravo de instrumento .....	277
11.5 Aspecto temporal da suspensão.....	278
11.6 Agravo interno.....	281
11.7 Da renovação do pedido de suspensão.....	283
11.8 Da suspensão para várias decisões similares ....	285
<b>12. SENTENÇA .....</b>	<b>287</b>
12.1 Eficácia futura .....	290
<b>13. SUCUMBÊNCIA .....</b>	<b>295</b>
<b>14. REMESSA NECESSÁRIA .....</b>	<b>299</b>
14.1 Remessa necessária e o CPC/2015.....	299
14.2 Remessa necessária e o mandado de segurança	302
<b>15. RECURSOS .....</b>	<b>309</b>
15.1 Disciplina geral .....	309
15.1.1 Agravo de instrumento.....	309
15.1.2 Apelação .....	313
15.1.3 Recurso ordinário .....	315



## AYLTON BONOMO JÚNIOR

15.1.4 Técnica de ampliação de julgamento.....	319
15.1.5 Legitimidade recursal .....	321
<b>16. COISA JULGADA.....</b>	<b>323</b>
<b>17. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....</b>	<b>329</b>
17.1 Cumprimento provisório da sentença.....	330
17.2 Descumprimento da ordem mandamental.....	334
17.3 Instrumentos de coerção civil .....	335
<b>18. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....</b>	<b>339</b>
18.1 Do processo coletivo: representação processual vs. substituição processual .....	339
18.2 Abrangência territorial da sentença coletiva .....	343
18.3 Regime jurídico do mandado de segurança coletivo	349
18.4 Legitimados .....	352
18.5 Matéria objeto do mandado de segurança coletivo	356
18.6 Liminar em mandado de segurança coletivo .....	358
<b>ANEXO: PRECEDENTES VINCULANTES.....</b>	<b>359</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>367</b>